

**A. I. Nº** - 281508.0527/05-1  
**AUTUADO** - MANTEMAQUINA MÁQUINA E EQUIPAMENTOS LTDA  
**AUTUANTE** - DILSON OLIVEIRA DE ARAÚJO  
**ORIGEM** - IFMT-DAT/NORTE  
**INTERNET** - 05/04/2006

### **3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

#### **ACÓRDÃO JJF Nº 0099-03/06**

**EMENTA:** ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIA POR CONTRIBUINTE COM INSCRIÇÃO CANCELADA. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO POR ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. Comprovado nos autos que as mercadorias foram adquiridas por contribuinte com inscrição cadastral regular e remetida por conta e ordem para contribuinte com inscrição cancelada. Convertido o imposto em multa de caráter acessório . Infração parcialmente caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

#### **RELATÓRIO**

O Auto de Infração foi lavrado em 18/11/05, no trânsito de mercadorias e exige ICMS em decorrência da falta de recolhimento do imposto na primeira repartição da fronteira ou do percurso, no território deste Estado, sobre mercadorias adquiridas para comercialização, procedentes de outra unidade da Federação, por contribuinte com inscrição estadual cancelada, conforme Termo de Apreensão e Ocorrências juntado à fl. 5 - R\$22.436,06.

O autuado apresentou defesa às fls. 25 a 27 e esclarece que indicou o fornecedor Skam Empilhadeiras Elétricas Ltda, situada em Jundiaí-SP, para que a Continental do Brasil, empresa em fase de instalação no Polo Petroquímico de Camaçari, regulamente inscrita no cadastro de contribuintes com o nº 64.609.431 NO, efetuasse compra de empilhadeiras.

Diz que concluído a operação de venda, a Skan emitiu as notas fiscais de nºs. 57696, 57697, 57689 e 57699 contra a Continental do Brasil e também as notas fiscais de nºs. 57705, 57706, 57707 e 57708 para remessa dos equipamentos, para a Mantemáquinas, por conta e ordem de Continental do Brasil, que mediante contrato, a Mantemáquina ficou encarregada de fazer a montagem e testes de funcionamento das empilhadeiras (chekup), cabendo uma remuneração pela prestação deste serviço.

Reconhece que encontra-se irregular no cadastro de contribuinte, mas que a sua participação nesta operação não passa da prestação de serviço e que não pode ser exigido imposto sob a presunção de que estaria adquirindo as mercadorias para comercialização.

Salienta que está providenciando a regularização de sua inscrição cadastral e que no máximo poderia ser cobrado uma multa de R\$460,00 por estar com o cadastro irregular, inclusive ter sido orientado pelo plantão fiscal da SEFAZ neste sentido.

Finaliza pedindo a improcedência da autuação.

O autuante, na informação fiscal prestada às fls. 50 a 52, inicialmente discorreu sobre a infração e ressaltou que durante a ação fiscal prestou todos os esclarecimentos solicitados pelo contribuinte, ao contrário do que foi alegado na defesa.

Preliminarmente destaca que o autuado está inscrito no cadastro de contribuintes com a atividade de “Comércio Varejista de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos Elétrico, Eletrônico” e não de prestação de serviços.

Afirma que as mercadorias consignadas nas notas fiscais emitidas pela Skam Empilhadeiras se destinam a empresa autuada, cujas observações contidas nas notas fiscais indicam “Remessa por conta e ordem da empresa Continental do Brasil Produtos Automotivos Ltda” e que o imposto foi exigido, pelo fato de que o autuado encontrava-se na condição de inapto.

Diz que a alegação defensiva de que estaria recebendo as mercadorias objeto da ação fiscal para fazer montagem e testes é inconsistente, tendo em vista que não se coaduna com o seu ramo de atividade que é de comércio varejista de máquinas e não de prestação de serviços.

Alega que o próprio autuado reconheceu ter intermediado a realização das compras e que sendo um agente de negócio confesso, não pode se eximir de suas obrigações fiscais. Ressalta que as notas fiscais de nº 57696 e 57699 (fl. 12 e 15) indicam “que a Skam Empilhadeiras Elétricas Ltda, faz as operações de ‘Venda por conta e ordem’ da Mantemaquinas Máquinas e Equipamentos Ltda, para a Continental do Brasil”, o que no seu entendimento comprova que o autuado realizou operações de vendas e estando com sua inscrição estadual na condição de “inapto”, cabe a exigência do imposto, motivo pelo qual não acata a alegação defensiva de que simplesmente prestava serviço ao invés de comercialização das mercadorias.

Acrescenta que na defesa não foi apresentado qualquer documento que comprovasse a alegação de que prestou serviço, a exemplo de contrato ou nota fiscal, inclusive que não emitiu qualquer nota fiscal no período de 01/10/05 a 31/12/05.

Conclui pedindo que a autuação seja julgada procedente.

#### **VOTO**

O Auto de Infração exige ICMS por antecipação tributária, sob acusação de que foram adquiridas mercadorias em outra unidade da Federação, por contribuinte com inscrição cancelada.

Na defesa apresentada, o autuado reconheceu que no momento da autuação encontrava-se irregular com a sua inscrição cadastral, no entanto alegou que as mercadorias objeto da autuação haviam sido remetidas por conta e ordem da Continental do Brasil para que o defendente prestasse serviço de montagem e testes de funcionamentos, fato contestado pelo autuante que alega ter sido destinado para comercialização.

Da análise dos documentos juntados ao processo, faço as seguintes observações em relação às notas fiscais emitidas pela Skam Empilhadeiras Elétricas Ltda:

- a) NFs 57696, 57697, 57689 e 57699 (fls. 12 a 15), indicam como natureza da operação “6118 – Venda por Conta e Ordem de”, tendo como destinatário a Continental do Brasil situada na Av. Atlântica s/n, Polo Petroquímico, Camaçari-BA. No campo de observações foi consignado: “Mercadoria será remetida por sua conta e ordem a empresa Mantemaquinas Máquinas e Equip. Ltda sito a rua do Franciscano, 1A – Dom Avelar – Salvador BA ...”
- b) NFs 57705, 57706, 57707 e 57708 (fls. 8 a 11), indicam como natureza da operação “6923 – Remessa por Conta e Ordem de”, tendo como destinatário a Mantemaquinas Máquinas e Equip. Ltda sito à rua do Franciscano, 1A – Dom Avelar – Salvador BA .. e no campo de observações consta: “Mercadoria remetida neste ato por sua conta e ordem da empresa Continental do Brasil situada na Av. Atlântica s/n, Polo Petroquímico, Camaçari-BA...”

Constato que ao contrário do que afirmou o autuado a remessa não foi feita por conta e ordem do estabelecimento autuado e sim da empresa Continental do Brasil Produtos Automotivos. Saliento que estas observações já constavam em todas as notas fiscais, antes da autuação. Ademais, conforme documentos acostados às fls. 17 e 18, o Sr. Marcos Alfaro, que é gerente da Continental Brasil informou que efetuou as compras dos mencionados equipamentos “diretamente da Skam Empilhadeiras Elétricas Ltda.”.

Concluo que, mesmo que o estabelecimento autuado se encontrasse irregular no cadastro de contribuinte no momento da autuação e estivesse inscrito no cadastro de contribuintes com a atividade de comercialização, nada impedia que viesse a prestar serviços e os documentos juntados aos autos não comprovam que o mesmo adquiriu as mercadorias objeto da autuação para comercialização, não figurando nesta relação jurídica como sujeito passivo, o que não caracteriza a necessidade de exigência do imposto.

Entretanto, ficou comprovado nos autos e reconhecido pelo próprio autuado, que estava exercendo atividades com inscrição cadastral cancelada, e por isso, nos termos do art. 157 do RPAF/BA, tendo sido verificado a inconsistência da obrigação principal é devido a multa de R\$460,00, prevista no art. 42, XV, “f” do RPAF/BA.

Quanto a alegação do autuante de que não foi apresentado qualquer documento que comprovasse a alegação de que prestou serviço, não pode ser acolhida, tendo em vista que não se está exigindo imposto sobre prestação de serviço no presente lançamento e tendo as mercadorias sido apreendidas no Posto Fiscal do percurso, não poderia haver nota fiscal de prestação de serviço, a qual só deveria ser emitida após a sua prestação.

Por tudo que foi exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE**, o Auto de Infração nº **281508.0527/05-1**, lavrado contra **MANTEMAQUINA MÁQUINA E EQUIPAMENTOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa de **R\$460,00**, previstas no art. 42, XV, “f”, da Lei n.º 7.014/96 e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 29 de março de 2006.

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - PRESIDENTE

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - RELATOR

MARIA DO SOCORRO FONSECA DE AGUIAR - JULGADORA